

RESENHA

COLEMAN, Robert (ed.) *New Studies in Latin Linguistics. Selected papers from the 4th International Colloquium on Latin Linguistics, Cambridge, April 1987*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company 1991.

Resenhado por: Francisco ACHCAR

(Universidade Estadual de Campinas)

Este livro se compõe de trabalhos apresentados no 4.º Colóquio Internacional de Lingüística Latina (Emmanuel College, Cambridge, Abril de 1987). Os textos selecionados para publicação foram, em sua grande maioria, traduzidos para o inglês. Como que se desculhando por quatro deles terem permanecido em sua língua original (o francês), Robert Coleman, o organizador do livro, chama a atenção para a necessidade de o lingüista conhecer outras línguas além da sua. Essa admoestação parece, à primeira vista, ociosa ou descabida, vinda de um lingüista e se dirigindo a lingüistas — ainda mais quando se observa que há, entre os colaboradores do presente volume, quem recorra ao tratado de T. V. Gamkrelidze e V. V. Ivanov sobre o indo-europeu, do qual só havia, até o momento, a edição original russa — e o russo não é língua comumente freqüentada pelos classicistas ocidentais(1). É curioso, contudo, que o mesmo Ivanov tenha ironicamente observado, quando há dois anos esteve entre nós, que é preciso que os lingüistas aprendam línguas!... Além da óbvia necessidade de tomar contacto com trabalhos de suas especialidades escritos em outras línguas, Coleman apresenta uma razão

igualmente importante para justificar essa demanda de poliglotismo:

Foi moda em anos recentes supor que se podem intuir generalizações sobre a linguagem pelo exame detido de uma única língua. Essa suposição já era demasiado enganosa quando foi formulada pelos gramáticos modísticos da Idade Média, e quando a língua era o latim, que não era mais a língua materna de ninguém, mas ao menos tinha o status de uma segunda língua de uso universal na Europa ocidental e central. Ela é muito mais enganosa quando se trata da língua materna de alguém. (vii)

Coleman faz ainda, em sua introdução, algumas observações que vale a pena destacar. Em primeiro lugar, ele salienta a consciência recente de dois aspectos complementares de uma mesma realidade: por um lado, dados de línguas de flexão abundante, como o latim, são de especial interesse para a teoria gramatical; por outro lado, línguas não-indo-européias podem ser enormemente instrutivas para o analista do latim. (Quanto a isso, podemos fazer aqui, entre parênteses, um paralelo que se estende a outros aspectos dos estudos clássicos. A excessiva timidez que por muito tempo dificultou a aproximação entre o mundo grego e culturas não-indo-européias tem ruído diante das revelações recentes e surpreendentes de conexões entre a civilização helênica e a semítica. Os estudos de poética — nos quais, até há pouco, quando não a simples ignorância, a censura travestida de prudência metodológica vetava aproximações mais arriscadas mesmo dentro do território indo-europeu — hoje já conhecem aventuras bastante arrojadas e compensadoras, que adentram até o Oriente não-indo-europeu, embora ainda dentro das fronteiras indo-européias se encontrem tesouros reservados para

aqueles que, informados da poética clássica, se aventurem à descoberta da rota para a Índia.)

Outro ponto importante diz respeito ao problema da ordem das palavras em latim. A questão, lembra Coleman, sofreu freqüentes simplificações, devidas a que muitos investigadores tomaram como padrão línguas em que a posição das palavras é marcada sintaticamente, o que impõe uma ordem estrita (caso do francês e do inglês, por exemplo). As análises referentes ao latim, como demonstram textos constantes deste volume, começaram a se beneficiar de uma perspectiva mais adequada ao problema. O mesmo se pode dizer dos estudos de coesão textual e, em geral, do que se agrupa sob a ampla rubrica de análise do discurso: agora que geralmente se reconhece a impropriedade de estudar enunciados simples e isolados, o trabalho dos lingüistas parece encaminhar-se para uma reaproximação com os estudos literários.

A primeira parte do livro é dedicada à fonologia e consta de apenas três *papers*. O primeiro, "Lachmann's Law in the light of the glotalic theory of PIE consonantism", de Philip Baldi (Penn State University), aplica o modelo do consonantismo indo-europeu proposto por Gamkrelidze e Ivanov ao fenômeno de alongamento da vogal nuclear do particípio passado dos verbos cuja raiz é travada por uma consoante sonora (p. ex., *rĕgō* - *rĕctus*, em contraste com *făciō* - *făctus*). Trata-se de uma "lei" de natureza fonética, não morfológica. Mas, tal como tradicionalmente formulada, ela não tem a generalidade de uma lei puramente fonética (cf. casos como *rēmĕx* - *remĭgis*, *grĕx* - *grĕgis*). (7) A reformulação que Baldi propõe tem as virtudes da elegância teórica e da economia, mas não, infelizmente, da suficiência: nesta versão devem-se tolerar seis exceções à regra, uma a mais do que na versão de Watkins. Mas há a atenuante de que essas exceções são reduzidas a um mesmo caso, o que certamente é

uma vantagem sobre a fórmula de Watkins. E, *last but not least*, a hipótese de Baldi, sobre ser verossímil, corresponde a uma *mise au point* da Lei de Lachmann em termos da lingüística indo-européia mais recente.

No estudo seguinte, "Probable substratum features in the expansion of Republican Latin: The phonological aspect", Haiim B. Rosén (Universidade Hebraica, Jerusalém) analisa variados fenômenos fonológicos, em seus aspectos fonéticos ou morfofonêmicos, sob o prisma da possível, e às vezes provável, origem em línguas com que o latim teve contacto, especialmente o úmbrio. Desta língua parece decorrer um hábito de pronúncia que Cícero (*Or.* 48.161) descrevia como "algo caipira" (*subrusticum*), embora tivesse sido outrora traço de elegância (*politius*): a perda do *-s* da terminação *-us*, quando seguido de consoante. Um famosíssimo trocadilho de Plauto, posto na boca do escravo Sósia em resposta a uma interpelação ameaçadora de Mercúcio (*Amph.* 38), é citado pelo autor para confirmar outra de suas hipóteses sobre a presença do substrato úmbrio na evolução do latim: — *Amphitruonis te esse aiebas* Sosiam. — *Peccaueram, nam Amphitruonis socium ... uolui dicere*. Este é, para o autor, o mais antigo testemunho de um processo ainda não normalizado no período republicano: a absorção, pelo fonema sibilante latino, da variante palatalizada de uma aspirada úmbria representada, em caracteres latinos, com *s* ou com um signo especial que se transcreve com *š*. Assim, a paronomásia seria mais abrangente do que parece: Sósia, tentando safar-se de Mercúrio, explica que dissera ser *socius* ("[sošios] ou talvez [sošio]", 27), o que fora confundido com "[sošias] ou [sošia]" (ib.). Como se vê, o autor especula arrojadamente a respeito de mais de um aspecto da pronúncia na época de Plauto, chegando a forçar um pouco a mão em sua análise: para incluir no caso o fenômeno observado por Cícero,

ele examina nominativos, não os acusativos do texto; além disso, detém-se pouco sobre o tratamento problemático que dá à oclusiva velar. Outras análises, duas das quais também focalizam passos plautinos (*Aul.* 754-758 e *Cas.* 133), são bastante iluminadoras e indicativas de quão profícuo pode ser o difícil estudo dos traços do substrato no latim do fim da República.

Encerra-se a parte dedicada à fonologia com "Vocalis ante uocalem: corripitur an distrahitur?", de José-Luis Moralejo (Universidade de Olviedo). O título ("Vogal antes de vogal: abrevia-se ou se perde?") não deixa suspeitar que ele contém uma hipótese tanto mais arrojada quanto menos provável ela parece. A assunção básica é de que as vogais longas são de fato vogais duplas, por assim dizer; ou seja, são grupos difonemáticos, e não fonemas simples. Por um engenhoso raciocínio, o autor demonstra que, se assim for, impõe-se outra interpretação para a regra *uocalis ante uocalem corripitur*, pois o que ocorre com vogal longa diante de vogal não é propriamente que ela se abrevie, mas sim que ela perde uma das duas vogais de que se forma. A tese de Moralejo, que desenvolve uma proposição de R. A. Zirin datada de 1970, pode resumir-se assim: se "... em latim, antes de vogal, as vogais longas 'se abreviam' e os ditongos se dividem" (isto é, a semivogal passa a consoante, formando sílaba com a vogal seguinte: *cau-ere*, de *cautus*, > *ca-uere*), "não é possível que", nos dois casos, "estejamos em presença de um mesmo fenômeno?" (38). As várias dificuldades decorrentes da teoria são apontadas pelo autor e, se não resolvidas por ele (o espaço disponível e, provavelmente, o ponto em que se encontra a pesquisa não seriam suficientes para isso), têm pelo menos sugerido o caminho para sua solução.

A segunda parte do livro, intitulada "Lexical morphology and semantics", inicia-se com um estudo bem mais abrangente do que seu

título indica: "Lexical consequences of a phonetic law (*eye > ē) in Latin verbs", de Alain Christol (Universidade de Rouen). As conseqüências examinadas são morfológicas, sintáticas e léxicas, e a portada do trabalho pode ser avaliada por sua conclusão: "Teoricamente, a morfologia é apenas a manifestação superficial de estruturas mais profundas, especialmente do nível sintático-semântico; na realidade, a morfologia adquire autonomia suficiente para exercer influência por *feedback* em estruturas mais profundas" (59). Na demonstração dessa influência, o autor não apenas recorre a exemplos do latim, mas também ilumina esses exemplos por meio de uma análise penetrante.

O mesmo não se pode dizer, infelizmente, do texto seguinte, "The structure of the signifié: the usefulness and limitations of analysis in relevant features (with applications to Latin)", de Claude Moussy (Université Paris X - Nanterre). Confirma-se a promessa do título e o que temos é uma discussão metodológica ilustrada (não mais que isso) com exemplos latinos. Nem esses exemplos têm alguma pertinência especial para a discussão (poderiam, por princípio, ser tirados de qualquer outra língua), nem a discussão os ilumina de maneira especial. Portanto, não se trata, a rigor, de lingüística latina, mas de lingüística geral. O problema discutido diz respeito à análise semântica chamada componencial ou sêmica, de muito sucesso na França (é notável que as publicações citadas sejam todas francesas) e, por extensão, em vários meios acadêmicos brasileiros. No nosso ambiente, aliás, a referência a Bernard Pottier despertará recordações de velhos bons tempos em que tivemos entre nós o analista do famoso *fauteuil*. Este, aliás, é precisamente o exemplo escolhido para ilustrar a crítica, se não do método, ao menos da prática de Pottier. Citando uma observação aguda de Charron e Germain, o autor considera que a análise de *poltrona* em unidades

como "com encosto", "com braços", "sobre pés", "para uma pessoa" etc., isola traços relevantes situacionalmente, não semanticamente (65). Isso equivaleria a dizer que o que está sendo analisado é o referente, e não propriamente o significado. Mas não é assim que o autor formula sua crítica, pois a restrição que faz é apenas metodológica, não ontológica — o reparo refere-se, não à realidade das unidades isoladas, mas ao princípio de pertinência, ou à falta dele, na discriminação dessas unidades. As análises que propõe são de fato mais consistentes e explicativas que as de Pottier, sem embargo de padecerem do mesmo defeito básico que afeta aquelas. Esse defeito está, provavelmente, na aplicação insatisfatória do modelo fonológico ao estudo do significado. A unidade da fonologia é bem determinada e sua existência é verificável; mas o "sema", a unidade semântica postulada por esse método greimasiano, não é bem determinado ("unidades semânticas" do mesmo tipo sempre constituíram, é verdade que com menos esquematismo, as definições dos dicionários), nem tem existência de alguma forma comprovável, seja como elemento do signo, seja como componente da experiência do sujeito. Uma limitação fundamental do método é admitida pelo autor, que, citando Mortéza Mahmoudian, adverte: "não devemos nutrir a ilusão de que a análise sêmica sempre consiga explicar o uso diverso de dois termos, em particular a escolha feita por autores entre sinônimos" (72). Mas a insuficiência central dessa análise decorre do fato de ela se voltar para questões metalingüísticas, e não para o objeto dessa metalinguagem; não é exatamente do sentido que se fala, mas sim de entidades postuladas e geradas pelo método. Os semas não são outra coisa senão as unidades — os sintagmas — da frase que, no dicionário, descreve o sentido; tudo o que faz a análise sêmica é isolar essas unidades e procurar ordená-las, classificá-las, observar suas virtualidades combinatórias. Talvez o principal mérito dessa empresa esteja

justamente em seu atributo mais modesto: ela é uma forma de pôr ordem na casa geralmente um pouco confusa dos lexicógrafos.

Em "Complex lexical units in Latin", uma das coisas que Michèle Fruyt (Université de Paris IV - Sorbonne) nos faz saber é que o critério de A. Martinet para distinguir a prefixação não se aplica ao latim. Mas há observações de interesse sobre a composição lexical latina, especialmente sobre verbos parassintéticos. Hannah Rosén (Universidade Hebraica, Jerusalém) também estuda a formação de palavras, do ponto de vista gramatical, semântico e de produtividade lexical, em "Grammatical-converting and semantically mutating word-formation in the Latin lexicon", um estudo rico em distinções e *insights* tanto quanto isento de invencionices terminológicas e rebuscamento conceitual. O título do trabalho de Chantal Kircher-Durand, "Syntax, morphology and semantics in the structuring of the Latin lexicon as illustrated in the *-lis* derivatives", descreve adequadamente seu conteúdo, mas não deixa supor que ele envolve um esboço de mapeamento de vastos campos conceituais do universo cultural romano, assim como a consideração de "processos intelectuais de um falante de latim" (124). Benjamin García-Hernández (Universidad Autónoma de Madrid), em "The lexical system of intersubjective and intrasubjective relationships", parte da distinção entre *campo semântico* e *classe semântica* (130) para proceder a uma vasta classificação do verbo latino, procurando determinar um "*sistema de relações classêmicas ... baseado num eixo classêmico único, cujos polos são a natureza intersubjetiva ou intrasubjetiva de ações que formam parte do mesmo processo*" (131). O resultado do trabalho, se apresenta eficácia classificatória em matéria lexical e se mostra moderadamente esclarecedor quando aplicado a enunciados simples, é menos surpreendente — para não dizer que resulta em obviedades — quando utilizado na análise de

enunciados mais complexos, como é o caso do célebre dístico de Catulo (*Odi et amo. Quare id faciam, fortasse requiris, / Nescio, sed fieri sentio et excrucior*. Cat. 85), sobre que o autor, abandonando a linguagem austera e técnica que empregara até então, tem a dizer o seguinte:

Os dois sentimentos, amor e ódio, acumulam-se ao mesmo tempo na alma atormentada do poeta; ele não sabe como tal situação pode ocorrer, mas sente que ela ocorre; contudo, a noção de alternância está oculta nesta acumulação de sentimentos antagônicos. A chave da explicação está no último verbo, *excrucior*: o poeta oscila entre os dois polos de sua paixão, uma paixão eletrizante e violenta que o rasga em dois (*odi et amo*) (136).

Mas as observações acerca de expressões alternativas, que convocam sobretudo um trecho da *Cistellaria* de Plauto, prometem bom resultado na análise de textos em que a dialética amorosa se exprime por meio de antíteses (como é o caso, em nossa língua, de algumas das grandes líricas de Camões).

Os três trabalhos que encerram a segunda parte do livro exploram problemas mais circunscritos: Léon Nadjo (Universidade de Tours) procede a uma análise morfológica, semântica e estilística de *magnanimus*, com resultados às vezes surpreendentes; Françoise Létoublon (Universidade de Grenoble), em "Promisi per iocum", examina o verbo *promitto* em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, com observações muito esclarecedores sobre seu uso em Plauto; finalmente, David Langslow (Universidade de Oxford) dedica-se ao território pouco freqüentado do vocabulário técnico do latim, especialmente no latim tardio (IV e V séculos A.D.) e na área

dos termos médicos. Além de propriamente lingüístico, o interesse histórico deste último trabalho é considerável (sobretudo no que se refere à história da medicina) e é auspicioso saber que se trata apenas de resultado provisório de um estudo mais amplo que o autor empreende.

A terceira parte da coletânea, denominada "Syntax of the noun phrase", se inicia com um pequeno tratado (de 30 páginas, o dobro da média de páginas dos demais textos constantes do volume) sobre "The Latin nominal group in typological perspective", de Christian Lehmann (Bielefeld). "Grupo nominal" é como o autor prefere chamar o sintagma nominal, situando sua análise no amplo horizonte que lhe é fornecido pela comparação com numerosas línguas, algumas bastante distantes do latim. Em "Adjectif et syntagme nominal", Christian Touratier (Universidade da Provença) discute os tipos de constituintes do SN em suas características morfológicas e sintáticas. Outro estudo dos "grupos nominais" latinos é o de Paulo de Carvalho (Universidade de Bordeaux), "Structure morpho-sémantique de l'adjectif latin ou: la présence de l'absent". Ele parte da hipótese da "autonomia sintática e semântica do adjetivo latino, o que equivale a declarar inoperante nesta língua a própria noção de 'sintagma nominal'" (251) e se detém de forma muito esclarecedora no exame de questões como "o adjetivo e o genitivo", e "substantivo no genitivo" vs. "adjetivo derivado". O *approach* do autor é inovador e certamente a mais surpreendente e discutível das novidades de seu trabalho está na teoria dos casos como um "*programa ordenado de posições*, ou melhor, de 'lugares de presença' do ser nomeado relativamente ao que se propõe chamar o 'presente delocutado'" (perdoe-se o horrendo neologismo; a expressão francesa não é muito melhor: *présent délocuté*, 265). O *paper* de Marius Lavency (Universidade de Louvain-la-Neuve), "The three modifiers of the

Latin NP", é um ensaio de caracterização semântica, pragmática e sintática dos modificadores identificadores, especificadores e descritivos da frase nominal latina, separando num grupo à parte o genitivo partitivo e o genitivo objetivo/subjetivo. M. Esperanza Torrego (Universidad Autónoma, Madrid) ocupa-se justamente do genitivo objetivo e subjetivo em seu estudo de um tipo de "nominalização da predicação com um predicado verbal finito" (281) em que o genitivo é dependente de substantivo verbal ("The genitive with verbal nouns in Latin: a functional analysis"). No trabalho de Elseline Vester (Vrije Universiteit, Amsterdam), "Reflections on the gerund and gerundive", há um utilíssimo estudo da freqüência relativa de gerúndios e gerundivos, em autores que vão de Plauto ao séc. V A.D., mas os dados mais informativos para o latinista estão na demonstração de que, de um ponto de vista pragmático, é imprópria a caracterização do gerundivo como adjetivo e como participío.

Os dois últimos trabalhos desta seção são importantes contribuições ao estudo da ordem de palavras em latim de uma perspectiva rigorosa, adequada aos dados do problema e informada pelas mais recentes investigações de tipologia lingüística. Charles Elerick (Universidade do Texas, El Paso), em "Latin noun/gen./adj. serialization and language universals", examina, num estudo tão árido quanto revelador, a ordem dos termos no sintagma nominal latino composto da tríade substantivo/genitivo/adjetivo e em sintagmas de quatro elementos, com dois adjetivos. Confirmam-se algumas e infirmam-se outras das observações tradicionais sobre a ordem de palavras em latim nas serializações em questão, assim como se demonstra a presença (o autor talvez preferisse dizer a operação) de universais lingüísticos no processo de codificação. O *paper* que encerra esta terceira parte é "Latin prepositional syntax in Indo-European perspective", do organizador do volume, Robert Coleman

(Universidade de Cambridge), estudo também voltado para a sintaxe posicional, agora seguindo a evolução das partículas adverbiais, depois preposições, do PIE ao latim clássico.

A quarta seção do livro é dedicada a "Miscellaneous syntax and semantics". Antes ainda de imaginarmos o que seria uma resposta à questão-título de Charles Guiraud (Université Paris X) — "Est-il possible d'attribuer à la phrase nominale un domaine linguistique?" — o autor nos convoca a uma questão prévia: "Existe a frase nominal, e onde?" (341). Depois de algumas considerações acerca da impossibilidade de se decidir sobre a precedência do verbo ou do nome na história da linguagem, e também sobre a questão correlata da origem da linguagem, somos tranquilizados pela revelação do caráter retórico daquelas interrogações iniciais, pois não apenas se admite a existência da frase nominal, em latim como em outras línguas, mas também se atribuem a ela quatro domínios lingüísticos, contendo cada um deles os seguintes tipos de frases sem verbo: 1. as exclamativas como *Fabulae!*, *Nugas!* (344); 2. aquelas cujo verbo não seria *ser* (*Ego me continuo ad Chremem*) (344-5); 3. aquelas cujo verbo seria *ser* (*Omnia praeclara rara*) (345-6), e 4. as subordinadas, "domínio em que a frase nominal não se opõe à verbal" (346) e que foi objeto de outro estudo do autor ("Subordination et absence de verbe en latin". In: G. Calboli, ed., *Subordination and Other Topics in Latin*, 121-131. Amsterdam: Benjamins 1989). Portanto, um esboço de tipologia da frase nominal latina. *Nihil nouum* é também uma frase nominal, que não ocorreu ao autor e que caberia não apenas no terceiro dos seus "domínios".

O estudo que completa essa seção é "On the interpretation of generic statements in Latin", de Claudia Casadio (Universidade de Chieti) e Anna Orlandini (Universidade de Bolonha). As autoras respondem à questão "que é um [enunciado] genérico?" (350-2),

definem as "condições para a interpretação genérica" (352) e os "traços do predicado em enunciados genéricos" (353-4), esclarecem a relação "iterativo vs. genérico" (354-6) e o papel de "determinantes e dependência do contexto" (356-8), propõem uma "classificação dos [enunciados] genéricos" (358-60) e discutem o "status das frases estipulativas" (360-2), num ensaio de análise semântica rigoroso do ponto de vista lingüístico e lógico, e de orientação num certo sentido antagônica à da "análise sêmica" atrás comentada.

A quinta e última parte do livro, "Textual cohesion", abre-se com "Word order patterns of *excipere* in the sense of 'to follow after'", de Maria E. Hoffman (Abcoude, Holanda). A autora demonstra que a ordem preferencial latina, SOV, é suplantada, nas construções com o verbo estudado, por OS, que corresponde, no caso, a uma ordem natural. Trata-se de um estudo modelar e seria de desejar que o corpus utilizado não incluísse um exemplo de Horácio (C. 2.15.16) — justamente, nas palavras da autora, uma "construção de alta complexidade" — em que o sentido do verbo é (segundo vários comentadores e tradutores e também o *Oxford Latin Dictionary*), não "vir em seguida", mas sim "acolher, receber".

"Nominal anaphora, text, argumentation (from Plautus to Cicero)", de Huguette Fugier (Universidade de Ciências Humanas de Estrasburgo), é um estudo preciso e abrangente de um tipo de anáfora, com exame minucioso dos expedientes de sinalização anafórica (que a autora chama "adjuntos anafóricos"), ou seja, dos recursos utilizados para indicar a co-referencialidade dos termos da anáfora. A estrutura anafórica em questão (substantivo 1 → [adjunto anafórico] + substantivo 2) é estudada, infelizmente, apenas em exemplos de Plauto e Cícero (e não de Plauto a Cícero, como diz o título), mas isso, ao que tudo indica, nem limita o alcance dos resultados apresentados, cuja validade certamente se estende para

além do latim arcaico e clássico, nem enfraquece a demonstração de que "a anáfora deve ser vista como um instrumento efetivo de construção do discurso" (398), um instrumento que oferece várias possibilidades para o desenvolvimento argumentativo.

Em "Passive, perspective and textual cohesion", de Rodie Risselada (Universidade de Amsterdam), o ponto de vista da Gramática Funcional (o trabalho de Dik, aliás, embasa também outros estudos deste volume) é adotado na explicação segundo a qual a adoção de uma perspectiva, por parte do falante/escritor, determina o emprego da construção passiva ou ativa. Vários fatores podem intervir na escolha da perspectiva: a empatia ou identificação do falante/escritor com algum participante do evento (404), a distribuição de tópico e foco (405-406) e a coesão do discurso (406-408). Levando em conta esses fatores, a análise compreende o exame de um corpus de cem exemplos de construções ativas apassiváveis e outros cem de construções passivas transformáveis em ativas, todas tomadas de uma passagem cicedroniana predominantemente narrativa, de 33 páginas (Cic. Ver. 4.54-122).

Em "On grammatical subject in Late Latin", Joseph Herman (Budapeste) informa o leitor de que seu estudo, originalmente, "se destinava a elucidar uma questão que posteriormente se revelou bastante inapropriada em si mesma e conduziu, inevitavelmente, a respostas um tanto desorientadoras" (415). Estranhamente, o autor não deixou de lado, na versão final de seu *paper*, as "falsas pistas e os becos-sem-saída", preferindo mantê-los sob o pretexto de fazer a "narrativa dos meus erros". (ib.). O sujeito de que se trata, afastada toda consideração do "caráter intrincado do problema", que o autor afirma não ignorar, é mesmo o sujeito gramatical da estrutura de superfície. E o grande problema considerado é referente à frequência decrescente do sujeito elíptico no latim tardio. Depois de uma exposi-

ção algo ziguezagueante e de estilo freqüentemente rebarbativo, a conclusão é pouco conclusiva, embora registre um resultado importante do trabalho: o decréscimo do número de frases com "sujeito zero" é acompanhado de estreitamento do campo de ação reservado ao ouvinte/leitor. Ou seja:

O decodificador [...] de textos produzidos no período do latim antigo tem uma certa liberdade de interpretação: ao produzir a mensagem verbal, o falante confia na capacidade do decodificador de identificar, graças ao conhecimento de que ambos partilham, os sujeitos virtuais não designados por meios formais, sintáticos. Nos textos tardios a liberdade de interpretação do decodificador é reduzida, nesse aspecto, a quase nada: o falante-escritor usa uma rede de estreitos nexos anafóricos, como se incapaz de confiar na capacidade do ouvinte de resolver ambigüidades e encontrar de forma adequada a estrutura do universo extra-lingüístico que o texto deve refletir. Trata-se, em poucas palavras, de uma mudança na atitude do falante em relação à mensagem verbal que produz e à eficácia que ela possa ter. De onde veio essa mudança de atitude? Ela se transforma depois num fator de mudança lingüística? Pode-se encontrar nela uma possível explicação de algumas modificações diacrônicas na estrutura gramatical? (424-5)

A resposta a essas questões pode ter tanta relevância histórica quanto estritamente lingüística, pode constituir um daqueles grandes momentos em que a reconstrução da língua é a reconstrução da maior parte (às vezes tudo) daquilo que nos ficou da história.

Volta o ponto de vista da Gramática Funcional de Dik no *paper*

de A. Machtelt Bolkestein (Universidade de Amsterdam), "Casually related predications and the choice between parataxis and hypotaxis in Latin". Trata-se de um estudo das orações subordinada causal e coordenada explicativa em latim (não é essa, obviamente, a nomenclatura adotada no trabalho). Um dos pontos de interesse deste estudo, talvez o seu resultado mais útil e esclarecedor, consiste na tentativa de estabelecer uma distinção, pragmaticamente motivada, entre as explicativas com *nam* e com *enim*. Mais uma vez, a consideração de um contexto mais amplo do que a estrutura estudada mostra-se frutífero e mesmo indispensável.

De novo a preocupação com a ordem de palavras em latim no trabalho de Deborah Pennell Ross (Universidade de Michigan), "The role of displacement in narrative prose". O fenômeno chamado *displacement* é a prolepse — a antecipação, para antes da conjunção subordinativa, de termos da oração subordinada. De novo o quadro teórico é o da Gramática Funcional, e é dominante o interesse na pragmática e na coesão textual. A avaliação do "status informacional" dos elementos do texto narrativo (analisa-se um trecho de Tito Lívio) segue as linhas do trabalho de E. F. Prince, "Toward a Taxonomy of Given-New Information" (In: P. Cole, ed., *Radical Pragmatics*, 223-255. New York: Academic Press 1981). "É necessário muito mais do que análise sintática para entender as variações na ordem de palavras em latim", demonstra a autora; por isso, "o trabalho nessa área é crucial para o lingüista e para o filólogo, a fim de assegurar que o estudo das línguas antigas receba os benefícios da moderna teoria lingüística". (465)

Também a consideração do "status informacional" — em formulação bem diferente e sem recorrer ao trabalho de Prince — é importante na análise proposta por Ernst Heilig (Göppingen), em "Toward a new hermeneutic analysis of Latin texts, illustrated from Tacitus'

Germania". As unidades com que essa "textstructural analysis" opera, em seu exame necessariamente sumário mas abrangente do texto de Tácito, são: *passagens indicativas* (informam sobre algo) e *estimativas* (informam sobre o interesse do autor em algo); *relações interseqüenciais* (ocorrem no interior de segmentos do texto) e *intratextuais* (ocorrem no âmbito de todo o texto); *intenção de comunicação, estratégia de comunicação*. Um dos objetivos do autor é, com a justaposição de diferentes análises, ampliar "a compreensão de diferentes espécies de texto" (473); portanto, pode haver muito a oferecer aos estudos literários, e certamente muito a ganhar em se aproximar deles.

A leitura dos *papers* desse simpósio fornece um quadro rico e animador dos estudos presentes de latim, que parecem estar colhendo os frutos de uma decidida e profunda atualização de métodos e mesmo de objetivos. É apenas natural que isso implique também o ônus dos modismos improfícuos e até desorientadores. Não espanta que nada disso aconteça; antes, espantaria o contrário, visto que a lingüística latina e os estudos indo-europeus em geral estiveram na origem da lingüística moderna e não têm motivo para deixar de acompanhar o desenvolvimento dela.

(Recebido em 20/07/1993)

NOTA

¹ T.V.Gamkrelidze e V.V. Ivanov, *Indoevropskij jazyk i indoevropcejcy*. Tblisi: Universidade Estatal de Tblisi 1984. Não tenho notícia de que tenha sido publicada a tradução do livro para o inglês, prometida há mais de dois anos e que sairia (ou sairá) pela Mouton de Gruyter. V.o resumo da obra ("The Early History of Indo-European Languages") que os autores publicaram em *Scientific*

American (March 1990,v.252 n.3,110-116) e cujo conhecimento devo à gentileza do Prof. Bóris Schnaiderman.